

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo
Romão Avila Milhan Junior
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****RESOLUÇÃO Nº 19/2023-PGJ, DE 19 DE MAIO DE 2023.**

Altera a Resolução nº 18/2023-PGJ, de 17 de maio de 2023.

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 7º, inciso V, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e

RESOLVE:

Art. 1º O art. 5º da Resolução nº 18/2023-PGJ, de 17 de maio de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º Podem ser delegadas, com reserva de iguais poderes, aos Coordenadores dos Núcleos de Ações de Competência Originária Cível e Criminal, as atribuições elencadas nos arts. 2º e 4º desta Resolução, sem prejuízo de outras atribuições que sejam necessárias.” (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 19 de maio de 2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 20/2023-PGJ, DE 19 DE MAIO DE 2023.

Dispõe sobre o procedimento auxiliar de credenciamento no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 7º, V, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994;

CONSIDERANDO a autonomia administrativa e financeira que foi conferida ao Ministério Público pelos §§ 2º e 3º do art. 127 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar, no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, o procedimento auxiliar de credenciamento, nos termos dos arts. 78 e 79 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

RESOLVE:**CAPÍTULO I****DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º Esta Resolução estabelece as regras para adoção do procedimento auxiliar de credenciamento, sob a égide da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, aplicado ao âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS).

Art. 2º Para os fins do disposto nesta Resolução, serão adotadas as seguintes definições:

I - credenciamento: processo administrativo de chamamento público em que a administração pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem perante



o MPMS para executar o objeto quando convocados;

II - edital de credenciamento: instrumento convocatório que divulga a intenção de compra ou de contratação de serviços, assim como estabelece critérios para futuras contratações; e

III - lista de credenciados: rol de fornecedores que estão aptos a contratar, após cumprirem todos os requisitos previstos no edital de credenciamento.

Art. 3º O cadastramento será iniciado com a abertura de processo administrativo e efetivado por meio de chamamento público, no qual o MPMS convocará os interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, estejam aptos à futura contratação.

Art. 4º O credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:

I - paralela e não excludente, nos casos em que é viável e vantajosa a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;

II - com seleção a critério de terceiros, quando a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação;

III - em mercados fluidos, cuja flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção de agente por meio de processo de licitação.

CAPÍTULO II

DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO

Art. 5º O edital de credenciamento possibilitará o cadastramento permanente de novos interessados e será mantido no sítio eletrônico oficial do MPMS e/ou no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

§ 1º O credenciamento poderá ser revogado a qualquer tempo, mediante justificativa fundada em fato superveniente devidamente comprovado no processo administrativo ao qual se vincula, não cabendo indenização ao(s) credenciado(s).

§ 2º A revogação não importará prejuízo à continuidade das relações contratuais já estabelecidas.

Art. 6º São requisitos do edital de credenciamento:

I - objeto específico;

II - exigências de habilitação;

III - regras da contratação;

IV - valores fixados para a remuneração;

V - critério de escolha dos credenciados;

VI - prazo de validade do credenciamento, quando houver;

VII - minuta de termo contratual ou instrumento congênere;

VIII - modelos de declarações;

IX - critério de descredenciamento; e

X - penalidades.

§ 1º Não haverá distinção entre a remuneração dos credenciados.

§ 2º Na hipótese do credenciamento para subsidiar contratação em mercados fluidos, serão registradas as cotações de mercado vigentes no momento da contratação.

§ 3º Não será admitida a participação, no credenciamento, de pessoas físicas ou jurídicas que tenham sido sancionadas com penalidade que impeça a participação em licitações ou a contratação pela administração pública.

§ 4º Não há impedimento a que um mesmo interessado, quando couber, seja credenciado para executar mais de um objeto, desde que possua os requisitos de habilitação para todos, caso em que o credenciado poderá apresentar toda documentação exigida de uma vez só, salvo se as exigências de capacidade técnica forem diferenciadas, devendo, então, apresentar complementação da documentação relativa a esse aspecto.

§ 5º Constará das regras da contratação que a inscrição de interessados no credenciamento implicará a aceitação integral e irrestrita de todas as condições estabelecidas nesta Resolução e no edital de credenciamento.

Art. 7º O procedimento de credenciamento será conduzido e processado por Comissão Especial de Credenciamento, designada pela autoridade competente.

Art. 8º O interessado deverá submeter a documentação à avaliação da Comissão Especial de Contratação.

§ 1º A apresentação dos documentos de habilitação ocorrerá no prazo definido no edital, que não será inferior a 8 (oito) dias úteis, contados da sua divulgação.



§ 2º A Comissão Especial de Contratação poderá solicitar esclarecimentos, retificações e complementações da documentação ao interessado.

Art. 9º A documentação será analisada pela Comissão Especial de Contratação no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir de sua entrega no MPMS.

Parágrafo único. O prazo previsto no *caput* deste artigo poderá ser prorrogado por igual período, uma única vez, desde que autorizado pela autoridade superior.

Art. 10. A decisão de habilitação ou inabilitação deverá ser chancelada por ordenador de despesa, da qual caberá recurso com efeito suspensivo, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de publicação do resultado.

§ 1º A autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, se não a reconsiderar no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso, no mesmo prazo, à autoridade superior.

§ 2º Não havendo a reconsideração prevista no § 1º, a autoridade superior proferirá, em igual prazo, a sua decisão, a ser publicada no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP), no sítio eletrônico oficial do MPMS e/ou no PNCP.

Art. 11. O indeferimento do pedido de credenciamento não inibe a sua reapresentação pelo interessado, condicionada ao preenchimento da exigência não atendida no pleito anterior.

CAPÍTULO III

DO DEFERIMENTO DO CREDENCIAMENTO

Art. 12. O interessado que atender a todos os requisitos previstos no edital será credenciado, encontrando-se apto a executar o seu objeto.

Art. 13. Durante a vigência do edital de credenciamento, incluídas as suas republicações, é obrigatório que os credenciados mantenham regulares todas as condições de habilitação e que informem toda e qualquer alteração a elas relacionadas.

Art. 14. Durante o prazo de vigência referido no art. 13, o MPMS, a seu critério, poderá convocar os credenciados para nova análise de documentação, quando serão exigidos os documentos que comprovem a manutenção das condições apresentadas para o credenciamento do interessado, sob pena de descredenciamento.

§ 1º A partir da data em que for convocado para apresentar a documentação atualizada, o credenciado terá até 5 (cinco) dias úteis para enviá-la.

§ 2º A análise da documentação, cuja decisão está igualmente sujeita a recurso, deverá ser realizada em prazo igual ao do cadastramento para o credenciamento.

§ 3º Os credenciados convocados para apresentar a documentação referida no *caput* deste artigo participarão normalmente, quando for o caso, dos sorteios de demandas ou das convocações feitas pelo MPMS.

§ 4º O resultado da análise prevista no *caput* deste artigo será publicado da mesma forma que o chamamento.

Art. 15. O credenciamento não estabelece qualquer obrigação do MPMS em efetivar a contratação do objeto.

CAPÍTULO IV

DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

Art. 16. A contratação do credenciado ocorrerá conforme a necessidade da administração, devendo a quantidade necessária a ser contratada naquele momento ser dividida entre todos os credenciados.

Art. 17. A contratação do credenciado será feita por inexigibilidade de licitação e a instrução do processo de contratação direta será realizada com a observância do art. 72 da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 1º O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverão ser divulgados e mantidos à disposição do público nos mesmos meios em que houve a publicação inicial.

§ 2º O instrumento de contrato deverá observar o disposto no Título III da Lei Federal nº 14.133/2021, podendo ser substituído, conforme inciso II do art. 95 da mesma lei, por outro instrumento hábil na hipótese de compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor.

§ 3º Poderá ser permitida a execução do objeto contratado por terceiros, desde que expressamente autorizado



pela administração e previsto no edital.

§ 4º Será admitida a denúncia, para a extinção do contrato, por quaisquer das partes, nos prazos fixados no edital.

CAPÍTULO V DO CANCELAMENTO DO CREDENCIAMENTO

Art. 18. O edital poderá prever as seguintes penalidades ao credenciado, garantidos o contraditório e a ampla defesa e sem prejuízo de outras sanções cabíveis:

- I - advertência por escrito;
- II - suspensão temporária do seu credenciamento;
- III - descredenciamento; e
- IV - multa.

Parágrafo único. O descumprimento de obrigações contratuais será regido pelo instrumento firmado.

Art. 19. Os interessados poderão desistir do pedido de credenciamento até a publicação do ato que o deferir.

Art. 20. Após a publicação do ato que deferiu o credenciamento, o interessado poderá solicitar seu descredenciamento, observando a antecedência mínima prevista em edital e mediante solicitação escrita à Comissão Especial de Contratação, que deliberará no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

Parágrafo único. O pedido de descredenciamento não desincumbe o credenciado do cumprimento de eventuais contratos formalizados.

CAPÍTULO VI DAS CONTRATAÇÕES PARALELAS E NÃO EXCLUDENTES

Art. 21. Na hipótese de contratação paralela e não excludente, caso não se pretenda a convocação, ao mesmo tempo, de todos os credenciados para a execução do serviço ou fornecimento do bem, o edital deverá prever critério objetivo de distribuição da demanda, podendo ser adotado, entre outros, o de:

- I - convocação dos credenciados por ordem de inscrição;
- II - sorteio; ou
- III - localidade ou região onde serão executados os trabalhos.

§ 1º Será considerado o dia da inscrição aquele em que todos os documentos exigidos no edital forem apresentados na sua completude e regularidade.

§ 2º O sorteio de que trata o inciso II deste artigo será realizado em sessão pública, e o comparecimento do credenciado à sessão é facultativo.

§ 3º Os novos credenciados, ao ingressarem no credenciamento, nos termos do art. 5º, *caput*, ou do art. 11 desta Resolução, serão posicionados após o último credenciado, observada a ordem estabelecida.

Art. 22. É vedada a indicação de credenciado para o atendimento de demandas.

Art. 23. A lista contendo a ordem de contratação dos credenciados será permanentemente disponibilizada no sítio eletrônico oficial do MPMS.

Art. 24. Decorrido o prazo para assinatura do contrato ou início da execução dos serviços, sem justificativa aceita pelo órgão contratante, sem prejuízo da apuração de eventual infração nos termos do art. 14 desta Resolução, será convocado o próximo credenciado de acordo com o critério de rotatividade definido.

CAPÍTULO VII DAS CONTRATAÇÕES COM SELEÇÃO A CRITÉRIO DE TERCEIROS

Art. 25. O credenciamento para contratação com seleção a critério de terceiros dar-se-á nas hipóteses em que o beneficiário direto da prestação de serviço ou do fornecimento de bens definirá com quem contratará, servindo exclusivamente para indicação aos terceiros daqueles que atendam os critérios e requisitos estabelecidos pelo MPMS.

Art. 26. A remuneração pela execução contratual será realizada pelo MPMS ou por terceiro, conforme estabelecido no edital.



§ 1º Sendo a execução remunerada pelo MPMS, os valores constarão do edital de credenciamento.

§ 2º A execução remunerada por terceiros observará o valor máximo definido pelo MPMS.

Art. 27. A Comissão de Credenciamento divulgará no sítio eletrônico oficial do MPMS e/ou no PNCP as pessoas físicas e/ou jurídicas credenciadas, esclarecendo as regras de remuneração.

Art. 28. O edital fixará a vigência do credenciamento e as condicionantes para fins de sua renovação.

CAPÍTULO VIII

DAS CONTRATAÇÕES EM MERCADOS FLUIDOS

Art. 29. O credenciamento para atendimento a demandas que possuam flutuações constantes nos valores da prestação e das condições de contratação dar-se-á mediante o atendimento aos requisitos de habilitação constantes do edital.

§ 1º No caso de contratação por meio de mercado fluido, as exigências de habilitação podem se restringir às indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

§ 2º O edital de credenciamento dos interessados para a contratação de serviços ou fornecimento de bens em mercados fluidos observará, no que couber, o disposto nas regras de cadastramento, e deverá prever descontos mínimos sobre cotações de preços de mercado vigentes no momento da contratação.

Art. 30. A administração deverá firmar um acordo corporativo de desconto com os fornecedores dos serviços ou bens a serem contratados, prevendo a concessão de desconto mínimo disposto no termo de referência incidente sobre o preço de mercado no momento da contratação.

Art. 31. A verificação da atualidade dos valores da prestação e das condições de contratação dar-se-á mediante:

I - pesquisa, preferencialmente eletrônica, diretamente junto aos credenciados, para atendimento da demanda;

II - atualização das informações, a partir de comunicação, preferencialmente eletrônica, por parte do credenciado.

Art. 32. A Comissão Especial de Contratação poderá instituir ambiente virtual para consulta dos preços e das condições de contratação, que será atualizado pelas pessoas físicas ou jurídicas credenciadas, respondendo estas pelas informações lançadas na plataforma, na forma prevista no edital de credenciamento.

Parágrafo único. As contratações serão instruídas a partir das informações vigentes na data da consulta ao ambiente virtual pelo MPMS.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 33. O chamamento público de interessados para fins de credenciamento e os atos procedimentais destinados à contratação e à execução das obrigações assumidas pelos credenciados observarão o regime jurídico da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 34. Dos atos da administração decorrentes da aplicação desta Resolução, para os quais não caiba recurso, o interessado poderá apresentar pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação.

§ 1º O pedido de reconsideração terá efeito suspensivo do ato até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

§ 2º Na elaboração da decisão, a autoridade competente será auxiliada por órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

Art. 35. Os itens omissos serão dirimidos pelo Procurador-Geral de Justiça ou por autoridade delegada.

Art. 36. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Campo Grande/MS, 19 de maio de 2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2387/2023-PGJ, DE 17.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Talita Zoccolaro Papa Muritiba para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto da comarca de Coxim no período de 1º a 30.6.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2388/2023-PGJ, DE 17.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Maurício Mecelis Cabral para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª e 2ª Promotorias de Justiça da comarca de Costa Rica no período de 26 a 29.5.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça George Cassio Tiosso Abbud.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2205/2023-PGJ, DE 8.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 7 (sete) dias de férias compensatórias ao Promotor de Justiça Bolivar Luis da Costa Vieira, que seriam usufruídos no período de 17 a 23.4.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 284, de 11 de novembro de 2021 (PGA nº 09.2023.00004412-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2389/2023-PGJ, DE 17.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Maurício Mecelis Cabral, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 38ª Zona Eleitoral no período de 26 a 29.5.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça George Cassio Tiosso Abbud.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2390/2023-PGJ, DE 17.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Paula da Silva Volpe para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da Vara da Justiça Militar Estadual no dia 15.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2204/2023-PGJ, DE 8.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias de férias compensatórias ao Procurador de Justiça Evaldo Borges Rodrigues da Costa, que seriam usufruídos no período de 20.4 a 19.5.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 284, de 11 de novembro de 2021 (PGA nº 09.2023.00004435-2).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2391/2023-PGJ, DE 17.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Rosana Suemi Fuzita Irikura para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 1ª Vara da comarca de Caarapó no dia 22.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2392/2023-PGJ, DE 17.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Mariana Sleiman Gomes para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 1ª Vara da comarca de Cassilândia no dia 25.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2394/2023-PGJ, DE 17.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, à Promotora de Justiça Jerusa Araujo Junqueira Quirino 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade, referente ao quinquênio de 14.4.2018 a 13.4.2023, nos termos dos artigos 139, inciso XII, e 160 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00004854-8).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2201/2023-PGJ, DE 8.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias de férias compensatórias ao Procurador de Justiça Humberto de Matos Brittes, que seriam usufruídos no período de 27.4 a 26.5.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 284, de 11 de novembro de 2021 (PGA nº 09.2023.00004482-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2381/2023-PGJ, DE 17.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar as seguintes servidoras do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais das Notas de Empenho nºs 2023NE002171 e 2023NE002172, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Angela Rezende do Amarante, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 1.1) Suplente – Carolina Pontes Andreussi, Analista/Direito; 2) Fiscal Administrativa – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 2.1) Suplente – Naira Santana de Oliveira, Técnica I; 3) Fiscal Técnica – Bruna Natielly Dutra Santana, Assessora Jurídica; 3.1) Suplente – Joana Maria Diedrich, Chefe do Departamento de Apoio Administrativo da ESMP (PGA nº 09.2023.00005050-0)

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2384/2023-PGJ, DE 17.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais das Notas de Empenho nºs 2023NE002180 e 2023NE002181, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor – Fabiano Alves Davy, Analista/Administração; 1.1) Suplente – Angela Rezende do Amarante, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 2) Fiscal Administrativo – Natanaél Jacinto dos Santos, Auxiliar; 2.1) Suplente – Elvys Tomas Bernal, Técnico I; 3) Fiscal Técnica – Bruna Natielly Dutra Santana, Assessora Jurídica; 3.1) Suplente – Joana Maria Diedrich, Chefe do Departamento de Apoio Administrativo da ESMP (PGA nº 09.2023.00004734-9).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-535/2023/PGJ, DE 18.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Julio Bilemjian Ribeiro, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2021/2022	10	5 a 14.7.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-536/2023/PGJ, DE 18.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Fabio Adalberto Cardoso de Moraes, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	3 a 12.7.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-537/2023/PGJ, DE 18.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Andre Luiz de Godoy Marques, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	1 a 10.8.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-538/2023/PGJ, DE 18.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Luiz Eduardo de Souza Sant Anna Pinheiro, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	3 a 12.7.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº 2396/2023-PGJ, DE 18.5.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Weskley Moreira, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Corumbá e designado para prestar serviços na 3ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 6ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 29.5 a 7.6.2023, em razão de afastamento do servidor Gabriel Damião Amaral Silveira, Técnico I.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 2397/2023-PGJ, DE 18.5.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5 de maio de 2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Luiz Fernando Ribeiro Barbosa, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, exercer, em substituição, a Função de Confiança FC5, símbolo MPFC-305, nos dias 5, 8 e 11.5.2023, em razão de afastamento da servidora Laura Regina Barbosa Victor Chaparim.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 2398/2023-PGJ, DE 18.5.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Eliene Marta Breguedo do Nascimento Machado, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Angélica, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à Promotoria de Justiça de Nioaque, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, no período de 15.5. a 3.8.2023, em razão de afastamento da servidora Ruth Dayana da Rosa Vera, Técnica II.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 2399/2023-PGJ, DE 18.5.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Marina Nery Alves, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Execução Orçamentária nos dias 27.4 e 5.5.2023, em razão de afastamento da titular, Soraya Shigueko Nakasato.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 2413/2023-PGJ, DE 19.5.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Karla Karoline Assumpção Cavalcante, ocupante do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Estudos e Pesquisa, símbolo MPDS-105, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Apoio Administrativo da ESMP-MS no período de 15 a 24.5.2023, em razão de afastamento da titular, Joana Maria Diedrich.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 2414/2023-PGJ, DE 19.5.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Gabriel Damiano Amaral Silveira, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Corumbá e designado para prestar serviços à 6ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 1ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 10 a 20.4.2023, em razão de afastamento da servidora Priscilla Nóbrega Coelho, Técnica II.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 2438/2023-PGJ, DE 19.5.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Marco Aurelio de Sá Baptista, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Departamento de Contabilidade, símbolo MPDS-104, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Secretaria de Finanças nos dias 27 e 28.4 e 2.5.2023, em razão de afastamento da titular, Elisa Mari Kihara Zaha.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 2269/2023-PGJ, DE 9.5.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas ao servidor Yohhan Teruya por meio da Portaria nº e-105/2023-PGJ, de 31.1.2023, de forma que, onde consta “de 14 a 23.6.2023”, passe a constar “de 8 a 17.1.2024”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 2182/2023-PGJ, DE 5.5.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas ao servidor Cassius Marcelus da Cruz Bandeira por meio da Portaria nº e-102/2023-PGJ, de 31.1.2023, de forma que, onde consta “de 6 a 15.11.2023 e de 8 a 17.1.2024”, passe a constar “de 14 a 23.6.2023 e de 6 a 15.11.2023”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 2343/2023-PGJ, DE 15.5.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas ao servidor Daniel Célio Fernandes Costa Matos por meio da Portaria nº e-1157/2022-PGJ, de 7.10.2022, de forma que, onde consta “de 10 a 19.7.2023”, passe a constar “de 16 a 25.10.2023”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2023NE002243 DE 18.05.2023 DO PROCESSO 09.2023.00005347-3**

Unidade Gestora: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: Youssif Amim Youssif.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços 07/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico nº 09/PGJ/2022.

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios (açúcar refinado, adoçante e café) para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 15.900,00 (quinze mil e novecentos reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2023NE002243, de 18.05.2023.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO ENTRE MPMS E FESCG

Processo: 09.2023.00000551-5 - PGJ/10/1836/2021

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Alexandre Magno Benites de Lacerda**;

2- **FACULDADE ESTÁCIO DE SÁ DE CAMPO GRANDE - FESCG**, representada por sua Diretora Geral, **Danieli Aparecida Pedrosa Marcondes Biacio**.

Amparo legal: Artigo 8º, §2º, do Decreto nº 11.261/2003.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Termo de Cooperação, por mais 2 (dois) anos, sem ônus para o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Vigência: 09.08.2023 a 09.08.2025.

Data da assinatura: 19 de maio de 2023.

**EXTRATO DE NOTIFICAÇÃO**

Processo de Gestão Administrativa nº 09.2022.00001463-2

Notificada: Engevisa Serviços de Engenharia Eireli

ENGEVISA SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 19.964.929/0001-69, com sede na Rua João Collino, nº 87, andar 2, sala 06, centro, Osasco/SP, CEP: 06.013-020, representada neste ato por Fernando Garcia Cavada, portador da cédula de identidade RG nº 16.xxx.xxx-2, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 195.xxx.xxx-89, residente e domiciliado em São Paulo/SP, fica notificada da aplicação da sanção de multa por inexecução total de 30% (trinta por cento) sobre o valor global do Contrato nº 156/PGJ/2022 (item 10.1.5, da cláusula décima, do instrumento, c/c o artigo 87, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993); e da rescisão unilateral do contrato (itens 11.1.1 e 11.2, na cláusula décima primeira, do contrato, c/c o artigo 78, inciso I, e artigo 79, inciso I, ambos da Lei Federal nº 8.666/1993). A empresa poderá recorrer no prazo de 5 (cinco) dias úteis (artigo 109, inciso I, alíneas “e” e “f”, §§1º e 4º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993). A empresa deverá adimplir o valor total da multa de R\$ 164.529,60 (cento e sessenta e quatro mil quinhentos e vinte e nove reais e sessenta centavos) no prazo de 15 (quinze) dias corridos, sob pena de inscrição em dívida ativa e cobrança judicial, na seguinte conta bancária: (001) Banco do Brasil; Agência 2576-3; Conta Corrente 50.120-4; CNPJ 03.464.870/0001-00 – Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público; preenchendo-se o campo nº 2 de identificação com o CNPJ da empresa e o campo nº 3 com o nome da empresa. Não havendo recurso ou pagamento da multa, será providenciada a inscrição da penalidade no SICAF (IN nº 3/2018). Havendo interesse na obtenção de cópia reprográfica ou digital do processo administrativo vinculado ao instrumento contratual, deverão ser atendidas as disposições da Ordem de Serviço nº 01/2022-PGJ, de 21 de fevereiro de 2022, disponível em <https://www.mpms.mp.br/atos-e-normas/download/61147>. Os autos terão continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação da Contratada, assegurando-se o contraditório e ampla defesa. Eventuais dúvidas poderão ser dirimidas na Secretaria de Administração do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, com sede na Procuradoria-Geral de Justiça, Rua Presidente Manuel de Campos Salles, 214, Bairro Jardim Veraneio, Campo Grande/MS, telefone (67) 3318-2101, no horário de expediente das 12h às 19h. Nada mais.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA****FÁTIMA DO SUL****EDITAL Nº 015/2023**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Fátima do Sul/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2023.00005417-2, que está à disposição dos interessados na Rua Ipiranga, nº 810 - Jardim Primavera, em Fátima do Sul/MS, Fone (67) 2020-9344.

Procedimento Administrativo nº 09.2023.00005417-2

Requerente: Ministério Público Estadual;

Interessados: Municípios de Fátima do Sul/MS, Vicentina/MS e Jateí-MS.

Objeto: Formalizar a realização de visitas/inspeção anual junto aos programas municipais de atendimento para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto, aplicadas a adolescentes em decorrência da prática de ato infracional da Comarca de Fátima do Sul, referente ao ano de 2023.

Fátima do Sul/MS, 19 de maio de 2023.

RODRIGO CINTRA FRANCO

Promotor de Justiça



IGUATEMI

EDITAL N° 0011/2023/PJ/IGU

A Promotoria de Justiça de Iguatemi-MS torna pública a instauração de Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições que está à disposição de quem possa interessar na Av. Waloszek Konrad, n. 1.276, centro, nesta cidade.

Procedimento Administrativo n. 09.2023.00003484-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Conselho Tutelar de Tacuru/MS

Objeto: Fiscalizar o processo de escolha suplementar dos membros do Conselho Tutelar do Município de Tacuru/MS no ano de 2023.

Iguatemi, 19 de maio de 2023

ANDRÉ LUIZ DE GODOY MARQUES

Promotor de Justiça

EDITAL N° 0012/2023/PJ/IGU

A Promotoria de Justiça de Iguatemi-MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Av. Waloszek Konrad, n. 1.276, centro, nesta cidade.

Inquérito Civil 06.2023.00000202-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Dagmar Vargas Antunes

Objeto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da exploração de 21 hectares de Reserva Legal, integrantes do Bioma Mata Atlântica, na Fazenda Dois Irmãos, em Iguatemi/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente.

Iguatemi, 19 de maio de 2023

ANDRÉ LUIZ DE GODOY MARQUES

Promotor de Justiça

MARACAJU

EDITAL N°. 0013/2023/02PJ/MCJ

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Maracaju-MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo n. 09.2023.00004801-5, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Appa, 141, Centro, em Maracaju-MS.

Procedimento Administrativo n. 09.2023.00004801-5.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Maracaju/MS

Assunto: Acompanhar e fiscalizar o Processo de Regularização Fundiária Urbana no Conjunto Habitacional Ema Rigo, especificamente nas Quadras A, B, C, D, E, F, G, H, 01, 02 e 03, objeto das matrículas n.º 6.143 e 10.236, no município de Maracaju/MS.

Maracaju-MS, 15 de maio de 2023.

JANAÍNA SCOPEL BONATTO

Promotora de Justiça

**EDITAL N.º 0014/2023/02PJ/MCJ**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Maracaju-MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo n.º 09.2023.00004985-8, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Appa, 141, Centro, em Maracaju-MS.

Procedimento Administrativo n.º 09.2023.00004985-8.

Requerente:Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Maracaju/MS

Assunto: Acompanhar e fiscalizar o Processo de Regularização Fundiária Urbana no Distrito de Vista Alegre, objeto da matrícula n.º 2.883.

Maracaju-MS, 15 de maio de 2023.

JANAÍNA SCOPEL BONATTO

Promotora de Justiça

PARANAÍBA

RECOMENDAÇÃO N.º 0002/2023/01PJ/PBA**PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO N.º 06.2023.00000330-6**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Paranaíba, através de sua agente signatária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 127, da Constituição Federal de 1988, art. 27, parágrafo único, IV, da Lei n.º 8.625/1993, art. 29, IV, da Lei Complementar Estadual n.º 72/1994 e art. 44, da Resolução n.º 0015/2007 – PGJ, e;

CONSIDERANDO, nos termos da Carta Constitucional, em seu artigo 129, dentre outras, estar expressamente elencada a atribuição do Ministério Público para zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados constitucionalmente, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, assim como para a promoção do inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO o disposto no *artigo 3º, inciso I, alínea "d", da Lei Federal nº 11.445/2007*, que considera saneamento básico como conjunto de serviços públicos, infraestruturas e instalações operacionais, aí englobadas aquelas relativas à drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, a qual é constituída pelas atividades, pela infraestrutura e pelas instalações operacionais de drenagem de águas pluviais, transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões e cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas, contempladas a limpeza e a fiscalização preventiva das redes;

CONSIDERANDO o contido no *artigo 19, §3º, do mesmo diploma legal*, que determina que os planos de saneamento básico deverão ser compatíveis com os planos das bacias hidrográficas e com planos diretores dos Municípios em que estiverem inseridos, ou com planos de desenvolvimento urbano integrado das unidades regionais por eles abrangidas;

CONSIDERANDO o teor do *artigo 49, inciso X, da mesma legislação*, o qual dispõe que está entre os objetivos da Política Federal de Saneamento Básico minimizar os impactos ambientais relacionados à implantação e desenvolvimento das ações, obras e serviços de saneamento básico e assegurar que sejam executadas de acordo com as normas relativas à proteção do meio ambiente, ao uso e ocupação do solo e à saúde;

CONSIDERANDO que, por força da *cláusula segunda, item 2.1.2, inciso V do Termo de Cooperação Técnica nº 003/2021*, firmado em 24 de agosto de 2021 entre o Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL e o Município de Paranaíba, compete a este último o licenciamento e a fiscalização ambiental dos empreendimentos e das atividades de impacto ambiental local, aí compreendidas, conforme *itens 2.69.1 e 2.70.1 do Anexo Único* do referido instrumento, as atividades de infraestrutura de SISTEMA DE DRENAGEM URBANA – lançamento ou disposição final das águas coletadas/drenadas e SISTEMA DE MACRODRENAGEM (obras de retificação, canalização, revitalização



e/ou recuperação de curso d'água);

CONSIDERANDO que, ao mesmo tempo, o IMASUL não se exime de suas responsabilidades inerentes ao poder de polícia administrativo, vez que deve acompanhar o Município e fiscalizar o cumprimento do termo de cooperação técnica, além de orientar o ente municipal quanto aos problemas ambientais constatados;

CONSIDERANDO, desta forma, os elementos colhidos no bojo dos autos da *Notícia de Fato nº 01.2023.0000486-0*, mormente o Ofício nº 00105/2022/ANB, encaminhado pela Associação Amigos da Natureza do Bolsão, dando conta de que havia situação de irregularidade ambiental envolvendo plantações inadequadas e assoreamento hídrico em área de preservação permanente e de vereda, localizada nas imediações da Câmara e Prefeitura Municipais (coordenadas geográficas: Latitude: -19° 40' 33,80"S, Longitude: -51° 12'09,38" O);

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, por meio do Ofício nº 0047/2023/SEMMA, apresentou PRADE, informando que na área de APP com plantação irregular seriam removidas as culturas agrícolas, bem retirados os resíduos dispostos irregularmente e o local sinalizado como placas informando a proibição de tal prática, informando, ainda, por meio do Ofício nº 079/2023/SEMMA que a área em questão seria objeto de obras de "canalização do Córrego Estiva", de forma que referido projeto faz parte dos estudos técnicos de licenciamento ambiental para a atividade 2.70.1 - SISTEMA DE MACRODREAGEM;

CONSIDERANDO que, no mesmo sentido, instada a manifestar-se, a Secretaria Municipal de Obras informou, por meio do Ofício nº 024/2023/SEC.OBRAS que as obras referentes à canalização do Córrego Estiva, foi submetida à licitação, gerenciada pela Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos – AGESUL, e que ao Município de Paranaíba restou a incumbência de realizar os estudos e projetos para a obtenção de licença de instalação e operação, e elaboração de Projeto Executivo de Canalização de Águas Pluviais, referente à canalização em trechos do Córrego Cabeceira do Aterro, sendo que toda a execução da obra é de responsabilidade do estado, por meio da já citada AGESUL;

CONSIDERANDO ser o instituto da recomendação regido pelos seguintes princípios expressos, nos termos do artigo 2º da Resolução 164, de 28 de março de 2017 do CNMP, entre outros: I – motivação; II – formalidade e solenidade; III – celeridade e implementação tempestiva das medidas recomendadas; IV – publicidade, moralidade, eficiência, impessoalidade e legalidade; V – máxima amplitude do objeto e das medidas recomendadas; VI – garantia de acesso à justiça; VII – máxima utilidade e efetividade; VIII – caráter não-vinculativo das medidas recomendadas; IX – caráter preventivo ou corretivo; X – resolutividade; XI – segurança jurídica; X – a ponderação e a proporcionalidade nos casos de tensão entre direitos fundamentais;

CONSIDERANDO, finalmente, nos termos do §1º do mesmo artigo retro, que a recomendação será dirigida a quem tem poder, atribuição ou competência para a adoção das medidas recomendadas, ou responsabilidade pela reparação ou prevenção do dano;

RESOLVE RECOMENDAR:

1) AO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE PARANAÍBA/MS, JOSÉ CARLOS MACEDO GRANDE, AO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS E TRANSPORTE LONGUINHO ALVES DE OLIVEIRA, AO (À) REPRESENTANTE DA AGESUL E AO PREFEITO MUNICIPAL MAYCOL HENRIQUE QUEIROZ ANDRADE, A ADOÇÃO DAS SEGUINTE PROVIDÊNCIAS:

a) que não seja iniciada a execução da obra de drenagem urbana na região compreendida como Córrego Estiva sem o devido licenciamento ambiental, tendo em vista o Termo de Cooperação Técnica nº 003/2021, até que seja regularizada a situação de licenciamento ambiental, sob pena de incorrerem em eventual hipótese de crime de prevaricação, capitulado no artigo 319 do Código Penal;

2) AO INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL - IMASUL:

a) que sejam adotadas as providências administrativas cabíveis com relação aos fatos narrados, para fiscalizar e eventualmente não autorizar a execução da obra de drenagem urbana referente à região compreendida como Córrego Estiva, tendo em vista o Termo de Cooperação Técnica nº 003/2021, haja vista seu poder de polícia administrativo proveniente da Lei Complementar nº 140/2011, até que seja regularizada a situação e verificadas as medidas necessárias;

O não atendimento desta recomendação poderá ensejar medidas judiciais na seara cível, criminal e



administrativa, aos responsáveis, nos termos supra fundamentados.

Remeta-se uma via da presente, pessoalmente, ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e aos Excelentíssimos Senhores Secretários Municipais de Meio Ambiente e de Obras, Serviços e Transportes, e uma via por meio postal à AGESUL e ao Diretor-Presidente do IMASUL.

Remeta-se cópia desta Recomendação para publicação no Diário Oficial do Ministério Público do MP/MS (DOMP), e ao Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente do MPMS.

Paranaíba/MS, 27 de abril de 2023.

JULIANA NONATO
Promotora de Justiça

EDITAL N° 0017/2023/01PJ/PBA

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Paranaíba/MS, torna pública a instauração de IC - Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua José Robalinho da Silva, 215 – Jardim Santa Mônica, Paranaíba-MS.

IC - Inquérito Civil nº 06.2022.00001092-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Clube Atlético Paranaibense, Município de Paranaíba

Assunto: Apurar eventual irregularidade ambiental envolvendo a área localizada entre as ruas Theodulo Mendes Malheiros e Bruno Mariano de Faria, conhecida por "Rua dos Buritis", próxima ao Clube Atlético Paranaibense - CAP.

Paranaíba - MS, 16 de maio de 2023.

JULIANA NONATO
Promotora de Justiça

EDITAL N° 004/2023

A Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo de Paranaíba/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua José Robalinho da Silva, 215, Jardim Santa Mônica.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000522-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Paranaíba

Assunto: Apurar eventuais irregularidades em loteamento no Município de Paranaíba

Paranaíba, 18 de maio de 2023.

RONALDO VIEIRA FRANCISCO
Promotor de Justiça



PONTA PORÃ

EDITAL N° 0036/2023/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2023.00004483-0, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo n. 09.2023.00004483-0

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Pedro Both, Marilza Aparecida Alfaro Both

Assunto: acompanhar acordo judicial firmado nos autos do processo de Cumprimento de Sentença nº 0900032-15.2020.8.12.0019 relativo a regularidade jurídica-ambiental e efetiva recuperação das áreas degradadas do imóvel rural denominado Fazenda Ouro Preto, inscrito no CAR-MS sob o nº 0020896, de propriedade de Pedro Both e Marilza Aparecida Alfaro Both, visando extinguir tanto o processo citado quanto o Cumprimento de Sentença nº 0800404-29.2015.8.12.0019, relativo ao montante decorrente das multas pelo descumprimento do acordo originário.

Ponta Porã/MS, 09 de maio de 2023

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

EXTRATO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA N° 0038/2023/01PJ/PPR

Extrato de Compromisso de Ajustamento de Conduta celebrado em 04/05/2023, entre o Ministério Público Estadual, por meio de sua 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ponta Porã/MS e Nilson Brongnoli, arrendatário do imóvel rural denominado Fazenda Alegria – Parte 4, referente à regularização da situação jurídico-ambiental da propriedade, no bojo do Inquérito Civil nº 06.2017.00000104-3, disponível para consulta do conteúdo integral na 1ª Promotoria de Justiça de Ponta Porã/MS, localizada na Rua Baltazar Saldanha nº 1613, Bairro Jardim Ipanema, CEP: 79904-150, Telefone: (67) 3431 1375. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Ponta Porã/MS, 17 de maio de 2023

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

SIDROLÂNDIA

EDITAL N° 001/2023/02PJ/SDN

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Sidrolândia/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante senha que pode ser obtida nesta promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e ficará à disposição de eventuais interessados na rua Espírito Santo, nº 1383, em Sidrolândia/MS.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000543-7.

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Sociedade beneficente Elmíria Silvério Barbosa.

Assunto: "Apurar eventual desconformidade do Hospital Beneficente Elmíria Silvério Barbosa nos atendimentos a gestantes".

Sidrolândia/MS, 18 de maio de 2023.

JANELI BASSO

Promotora de Justiça